

O impacto do COVID-19 na educação

Sónia Rolland Sobral

REMIT, Universidade Portucalense (PORTUGAL)

O COVID-19 não pode ser visto como tendo consequências positivas mas como uma oportunidade para tomar consciência que as catástrofes acontecem e que temos de estar preparados para situações limite.

11 mar 2020, 00:23

Os casos de infetados com coronavírus em Portugal aumentam diariamente. A vizinha Espanha passou de casos esporádicos a 1200 em apenas um mês. Registraram-se 3000 mortos em Wuhan. Toda a Itália está de quarentena, impossibilitando deslocações de 60 milhões de pessoas. Há mais de 110.000 infetados no mundo. Estes são apenas alguns números: não são meros cenários.

Nas redes sociais podem-se esgrimir argumentos para considerar todas as notícias alarmistas ou podem-se usar números para tentar mostrar que este vírus não é tão fatal como outros, que mata menos que a gripe sazonal ou desvalorizar o problema comparando-o com o flagelo da fome do mundo. Podemos desmascarar fake-news: felizmente o Papa Francisco só esteve constipado e infelizmente a pele negra não é resistente ao vírus. Podemos ter fé no divino e na ciência, planejar as férias de verão e achar que o mundo volta ao normal daqui a pouco tempo, mas a realidade é que ao momento todas as previsões são extemporâneas.

No início de março a ESMAE suspendeu todas as atividades letivas, os alunos e funcionários de duas escolas da Amadora foram enviados para casa em “isolamento social”, as aulas práticas de cursos de Medicina passaram a contexto sala de aula eliminando contactos com doentes. As instituições de ensino superior emitiram comunicados desaconselhando eventos públicos e suspendendo atividades no exterior, publicaram-se recomendações, disponibilizaram-se dispensadores de solução alcoólica e definiram-se áreas de isolamento temporário. Os estudantes em mobilidade Erasmus em países de risco foram contactados para regressar a Portugal. Criaram-se task-forces, seguem-se as diretivas do European Centre for Disease Prevention and Control (ECDC) e ativaram-se planos de contingência que preveem o encerramento de instalações a partir do nível 2 ou 3. Em pouco dias o panorama mudou: as universidades de Lisboa e Coimbra suspenderam todas as aulas presenciais seguindo o exemplo de muitas outras instituições de ensino superior. Em cima da mesa está a possibilidade do Ministério da Educação decidir antecipar em 15 dias as férias da Páscoa, de resto como já foi estabelecido em Madrid e em Vitoria.

Segundo a UNESCO há 290 milhões de estudantes sem aulas por questões relacionadas com o Corona vírus. A Universidade de Washington enviou uma mensagem aos seus 50.000 alunos comunicando que as aulas e exames passariam a ser de forma remota. Inicia-se uma experiência de eLearning nos Emirados Árabes Unidos. Sob o lema “param as aulas mas não paras de estudar”, o ministro da educação chinês incentiva o uso do online para todos os níveis de ensino e as Universidades chinesas continuam as atividades de forma não presencial por tempo indeterminado. Alguns países já passaram situações semelhantes causadas por catástrofes como o furacão Katrina ou o vírus SARS. Em todas estas calamidades o ensino a distância apresentou-se como a solução para dar continuidade às atividades letivas. Fizeram-se investimentos em plataformas de eLearning, formação docente e dotaram-se os estudantes de meios tecnológicos. Criaram-se as condições e espalharam-se um conjunto de boas práticas.

Deixando os factos e criando cenários: imagine-se o encerramento de estabelecimentos de ensino em Portugal com caracter mais ou menos prolongado. Estaremos preparados?

Será que todos os alunos do ensino obrigatório tem acesso à internet e a um sistema informático? Os pais estão preparados para acompanhar os filhos pequenos, motivando-os para estudar e acompanhar a aprendizagem? Foi feito o investimento necessário para dotar as escolas de plataformas adequadas e seguras? Houve nos últimos anos um correto plano de formação de docentes que os capacite para ensinar a distância, não só ao nível de competências tecnológicas como de estratégias de ensino-aprendizagem? Será que vinte anos depois do MOODLE estar presente no ensino português alguns professores não conseguem melhor do que enviar uns ficheiros pdf por e-mail a crianças de dez anos? O que está previsto para os exames de 12º ano? Os pais podem ficar em casa a acompanhar os seus filhos sem serem penalizados? Está prevista a distribuição das refeições escolares, não raras vezes a única alimentação de jovens estudantes economicamente desfavorecidos?

No ensino superior o panorama é (pelo menos aparentemente) diferente: está felizmente disseminado o uso de plataformas de ensino a distancia para complemento às aulas presenciais. Mas será que os docentes e alunos estão preparados para atividades letivas exclusivamente de forma remota? A avaliação pode ser a distância? O que está definido nos regulamentos pedagógicos das faculdades? Qual a posição do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior? E da A3ES?

O COVID-19 não pode ser visto como tendo consequências positivas, como já foi desastrosamente sugerido, mas pode ser encarado como uma oportunidade para tomar consciência que as catástrofes acontecem e que temos de estar preparados para situações limite. O ensino a distância já merecia há muito uma estratégia séria para fazer face não só aos imprevistos mas também aos bonitos dias de sol.

